

SÉRIE ANTROPOLOGIA

461

VIVOS, AFINAL!

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL ENFRENTAM O GENOCÍDIO

Alcida Rita Ramos

Universidade de Brasília

Brasília, 2018

**Universidade de Brasília
Departamento de Antropologia
Brasília
2018**

Série Antropologia é editada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, desde 1972. Visa à divulgação de textos de trabalho, artigos, ensaios e notas de pesquisas no campo da Antropologia Social. Divulgados na qualidade de textos de trabalho, a série incentiva e autoriza a sua republicação.

1. Antropologia 2. Série I. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Solicita-se permuta.

Série Antropologia Vol. 461, Brasília: DAN/UnB, 2018.



Universidade de Brasília

Reitora: Márcia Abrahão Moura

Diretor do Instituto de Ciências Sociais: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Chefe do Departamento de Antropologia: Cristina Patriota de Moura

Coordenadora da Pós-Graduação em Antropologia: Antonádia Monteiro Borges

Coordenador da Graduação em Antropologia: Christine de Alencar Chaves

Conselho Editorial:

Cristina Patriota de Moura

Antonádia Monteiro Borges

Christine de Alencar Chaves

Comissão Editorial:

Soraya Fleischer

Cristina Patriota de Moura

Antonádia Monteiro Borges

Fabiene Gama

Henry Trindade Barretto Filho

Editoração Impressa e Eletrônica:

Laise Tallmann

EDITORIAL

A Série Antropologia foi criada em 1972 pela área de Antropologia do então Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, passando, em 1986, a responsabilidade ao recente Departamento de Antropologia. A publicação de ensaios teóricos, artigos e notas de pesquisa na Série Antropologia tem se mantido crescente. A partir dos anos noventa, são cerca de vinte os números publicados anualmente.

A divulgação e a permuta junto a Bibliotecas Universitárias nacionais e estrangeiras e a pesquisadores garantem uma ampla circulação nacional e internacional. A Série Antropologia é enviada regularmente a mais de 50 Bibliotecas Universitárias brasileiras e a mais de 40 Bibliotecas Universitárias em distintos países como Estados Unidos, Argentina, México, Colômbia, Reino Unido, Canadá, Japão, Suécia, Chile, Alemanha, Espanha, Venezuela, Portugal, França, Costa Rica, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A principal característica da Série Antropologia é a capacidade de divulgar com extrema agilidade a produção de pesquisa dos professores do departamento, incluindo ainda a produção de discentes, às quais cada vez mais se agrega a produção de professores visitantes nacionais e estrangeiros. A Série permite e incentiva a republicação dos seus artigos.

Em 2003, visando maior agilidade no seu acesso, face à procura crescente, o Departamento disponibiliza os números da Série em formato eletrônico no site www.unb.br/ics/dan.

Ao finalizar o ano de 2006, o Departamento decide pela formalização de seu Conselho Editorial, de uma Editoria Assistente e da Editoração eletrônica e impressa, objetivando garantir não somente a continuidade da qualidade da Série Antropologia como uma maior abertura para a inclusão da produção de pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais, e a ampliação e dinamização da permuta entre a Série e outros periódicos e bibliotecas.

Cada número da Série é dedicado a um só artigo ou ensaio.

Pelo Conselho Editorial:

Cristina Patriota de Moura

Resumo

Começando com a problemática geral do genocídio, o artigo dirige-se ao caso específico dos povos indígenas no Brasil. Com números aterradores, o morticínio dos índios no país alcançou seu auge em tempos modernos durante os 21 anos de ditadura militar. Focalizando em três casos concretos, o texto demonstra que a incúria, a omissão, a conivência e a cumplicidade do Estado com interesses de toda ordem resultaram em perda de vidas e de terras de dezenas, se não centenas de povos indígenas brasileiros. Relatos detalhados demonstram nitidamente a que ponto chegaram os grupos que, desafortunadamente, viviam em terras cobiçadas por agentes de projetos estatais e privados. Nos casos analisados, vemos também que, mesmo à beira da extinção, os indígenas mostraram um grau de resiliência de tal ordem que os propeliu a sobreviver a tudo e a todos e entraram no século XXI com terras oficialmente reconhecidas e número de habitantes em ascensão.

Palavras-chave: Povos indígenas, Brasil, ditadura, extermínio, sobrevivência

Alive, against all odds

Abstract

Beginning with the general issue of genocide, the article then addresses the specific case of indigenous peoples in Brazil. Staggering figures show the dimension of mortality during the twenty-one years of military dictatorship. Focusing on three cases, the text exposes the recklessness, omission, connivance, and complicity of the State with all sorts of interests, which led to the loss of lives and land of dozens, if not thousands of indigenous peoples. Detailed reports clearly show the extent to which groups that were unfortunate enough to live on lands coveted by both state and private development schemes. The cases analyzed here also reveal that even on the verge of extinction, the Indians displayed such a high degree of resilience that propelled them to survive against all odds and to enter the twenty-first century with their own lands, officially recognized, while their numbers increase.

Keywords: Indigenous peoples, Brazil, dictatorship, extinction, survival

VIVOS, AFINAL!

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL ENFRENTAM O GENOCÍDIO¹

Alcida Rita Ramos

Universidade de Brasília

Pensem que isto aconteceu:

eu lhes mando estas palavras.

***Gravem-nas em seus
corações, estando em casa,
andando na rua, ao deitar, ao
levantar;***

repitam-nas a seus filhos.

Primo Levi, *É ISTO UM HOMEM?*

O bárbaro é inicialmente o homem que acredita na barbárie

Claude Lévi-Strauss 1976.

Neste texto abordo o problema do genocídio indígena no Brasil nos últimos 50 anos. Num país que quer ser conhecido como a pátria do “homem cordial” (Buarque de Holanda (1982 [1936]), apontar atrocidades e ações genocidas, especialmente contra povos indígenas, não é algo

¹ Temo que colegas de veia formalista façam objeção ao modo como apresento este artigo. Devo esclarecer que, por inclinação pessoal e pelo teor do assunto tratado, evito toda sorte de jargão acadêmico por entender que ele confunde mais do que esclarece e que pode mesmo servir de escudo à pobreza discursiva. Se devo escolher um estilo para narrar temas tão nevrálgicos quanto é o genocídio, opto pela fluidez narrativa em detrimento de qualquer elaboração que se pretenda teórica.

comum, se não for até mesmo cuidadosamente escamoteado. Menos comum ainda é dá-las a saber ao mundo. Por isso, creio que, já avançado o século XXI, é mais do que hora de prestar homenagem àqueles que sucumbiram pelo mero fato de ser indígenas. Dentre o número abominavelmente alto de casos de genocídio indígena, seleciono três por estarem especialmente bem documentados e por exporem crua e pateticamente quem são os bárbaros deste país. Sem ignorar situações extremas de crimes lesa-humanidade em território brasileiro, tratarei mais exaustivamente dos Xetá do estado do Paraná nos anos 1960, dos Yanomami do extremo norte do país nos anos 1990 e dos Avá-Canoeiro, do Brasil Central nas décadas intermediárias. Os três casos foram objeto de potentes análises antropológicas, tendo os antropólogos-relatores convivido diretamente com as vítimas das violências, tanto por parte do Estado como da sociedade nacional. Os Yanomami e os Avá-Canoeiro foram acompanhados de muito perto por antropólogos-testemunhas. Por isso, ao apresentá-los, dou o máximo possível de voz aos próprios índios e a seus aliados, também narradores de sua agonia. Não há teoria antropológica ou outra que lhes faça tanta justiça.

* * *

Diferentemente do holocausto judeu do século XX, extremo e concentrado, o processo de extermínio dos povos indígenas das Américas é um fenômeno igualmente violento, mas de longa duração e toma muitas formas distintas. As mais comuns prescindem de execuções sumárias no estilo nazista de câmaras de gás e fornos crematórios, mas nem por isso são menos devastadoras e infalíveis. No Brasil, especificamente, pode-se matar índios até mesmo com dádivas, como no caso das frentes de atração, tradição oficial de levar os povos indígenas à dependência do Estado (Ramos 1995a, 1998).

As discussões um tanto bizantinas que têm sido travadas em torno do que seria a correta definição de genocídio – se ela deve se restringir ou não a atos de governo, se

deve ser intencional ou não, se deve ter caráter individual ou coletivo – deixa em quem se preocupa com a vida dos povos indígenas um amargo sabor a desânimo, para não dizer revolta. Lá onde esperamos contar com o apoio e a solidariedade de profissionais competentes, muitas vezes, encontramos jogos semânticos de quem se atem a filigranas jurídicas que confundem mais do que esclarecem. Desde que o jurista judeu polonês Raphaël Lemkin cunhou o termo genocídio em 1943 (Lemkin 2002 [1943]), discussões sobre o uso jurídico e político desse conceito têm produzido uma vasta literatura ao longo do século XX e do atual (ver, por exemplo, Patterson 1951, Kuper 1981, Hinton 2002a, 2002b, Power 2002, Jones 2006, Clavero 2008, Sémelin 2005, entre muitos outros). Sua definição de genocídio era ao mesmo tempo sucinta e abrangente: “Por genocídio entendemos a destruição de uma nação ou de um grupo étnico” Com esse termo, Lemkin refere-se a

um plano coordenado de diferentes ações destinadas à destruição das fundações essenciais à vida de grupos nacionais, com o propósito de aniquilar os próprios grupos. Os objetivos de tal plano seriam a desintegração das instituições políticas e sociais, da cultura, língua, sentimentos nacionais, religião e a existência econômica de grupos nacionais e a destruição da segurança, liberdade, saúde, dignidade e até mesmo da vida dos indivíduos pertencentes a tais grupos. O genocídio é voltado diretamente contra indivíduos, não em sua capacidade individual, mas enquanto membros dos grupos nacionais (Lemkin 2002: 27; minha tradução).

Consternados, constatamos os modos como a definição original de Lemkin tem sido diluída ao longo do tempo ao passar de uma convenção a outra sobre direitos humanos internacionais (Hinton 2002a), reduzindo as responsabilidades e gerando injustiças mundo a fora. Produz-se então, como lamentou Stefan Zweig, “[u]m silêncio

que hoje pesa como chumbo sobre tantas nações, sobre tantos povos que ainda ontem eram livres e cuja voz para nós era como a voz de irmãos” (2013a [1921]: 275). Pois, para além do palavreado chic de muito *jurismo* internacional, “*Genocide is genocide, period*” (*Genocídio é Genocídio, e ponto*), como afirma Bartolomé Clavero (2008: 3).

Por que, em vez de seguirmos os passos, talvez sensatos, de David Rief (2016), ou de Friedrich Nietzsche (1983 [1886]: 99), e tentar esquecer as tragédias da história, insistimos em rememorar-las? Se há vantagens no olvido para tentar tornar o presente mais leve, há também, se não vantagens, ao menos compromissos éticos e políticos que clamam por dolorosas memórias sobre feitos humanos que nunca deveriam ter acontecido no passado, muito menos no presente e menos ainda no futuro. Mas acontecem e não há sinais de seu término. Massacres, despejos, guerras de limpeza étnica continuam acontecendo como se nada tivéssemos aprendido da história. Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, dedicou o resto de sua vida livre a manter vivas as lancinantes recordações da existência sub-humana no *Lager* nazista. Com uma lucidez admirável, Levi esquadrinha os espaços mais recônditos da crueldade humana, impossíveis a mentes sãs imaginar. Por respeito a ele e a todos os seus semelhantes que caíram nas malhas da insanidade moral, incluídos aí os milhares de indígenas que desapareceram, no fundo, em nome do nada, julgo valer a pena revisitar algumas histórias de terror interétnico, repetindo a pergunta indignada de Kenneth Ross: “O que leva uma sociedade a buscar erradicar uma categoria de pessoas? Que combinação de ódio e medo leva as pessoas a ver seus semelhantes não como seres humanos com o direito de viver suas vidas, mas como uma presença intolerável que deve ser isolada e eliminada?” (2002: ix-x).

Perguntas como estas, que, ao que tudo indica, nunca se calarão, transportam-nos do Velho Mundo às Américas e à tragédia dos povos indígenas causada pela expansão da

Europa. Afinal, a matriz humana que dizimou judeus, ciganos e tantos outros é a mesma que criou o caos no Novo Mundo. O que se segue é o exemplo disso perpetrado no Brasil.

Em pauta estarão aqui não a paixão e morte dos grandes heróis e mártires, mas das “pequenas” vítimas, a “pequena” morte da grande massa

Viktor E. Frankl 2017 [1947]

Por questões de espaço, neste artigo debruço-me apenas sobre três situações, o que representa uma fração mínima de casos de indubitável extermínio individual e coletivo de indígenas no Brasil nos últimos cinquenta anos. Poupo assim os leitores de toda a carnificina que veio antes, nos tempos coloniais e posteriores. A literatura sobre esse longo período de violências contra os indígenas desta terra não é tão farta como poderia ser, mas, mesmo assim, a informação que existe dá a conhecer esse passado sombrio e vergonhoso a quem quiser saber sobre algumas das sórdidas bases em que este país vem fincando seus alicerces.² Dessa história de ignomínia, aparentemente, nada se aprendeu, como demonstra o que se segue.

Monstros existem, mas são muito poucos para ser perigosos. Mais perigosos são os homens comuns, os funcionários prontos para acreditar e agir sem fazer perguntas

Primo Levi 1965

² Sobre séculos anteriores, ver Bodley 1975, Carneiro da Cunha 1992, Ferguson e Whitehead 1992, Giucci 1993, Hemming 1978, Jaulin 1973, Langfur 2006, 2014, Lévi-Strauss 1976, Little 2001, Marchant 1942, Monteiro 1994, Moreira Neto 1988, Ribeiro 1970, Ribeiro e Moreira Neto 1992, Santos 2002, Sweet 1974, Vainfas 1995.

“É espantoso que existe (*sic*) na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça” (Relatório Figueiredo 1967: 2).

Lemos essa passagem desoladora logo no início do documento que chocou a Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), instalada para averiguar crimes cometidos durante a ditadura militar no Brasil de 1964 a 1985. Trata-se do Relatório Figueiredo de 1967, massudo documento oficial de cerca de sete mil páginas que resultou de minuciosa investigação parlamentar sobre os crimes perpetrados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) contra os povos indígenas, seus presumidos “tutelados”, anos antes do golpe militar de 1964. O inquérito constatou que o SPI “foi antro de corrupção inominável durante muitos anos” (*idem*: 2). Desaparecido desde sua apresentação ao então Ministro do Interior, o General Albuquerque Lima, em 1968, esse formidável documento, que veio a público em 2013, foi encontrado no ano anterior por um membro do grupo Tortura Nunca Mais entre os arquivos referentes ao SPI no Museu do Índio no Rio de Janeiro. O autor do relatório, o Procurador Jader de Figueiredo Correia, e sua equipe percorreram “mais de 16.000 quilômetros pelo interior do país ... e visitaram mais de 130 postos indígenas” (Resende 2015: 496. Ver Barbosa 2016).

Praticamente cada página do Relatório é um desfiar de atrocidades. “O ‘tronco’ era ... o mais encontradiço de todos os castigos, imperando na 7ª Inspeção. Consistia na trituração do tornozelo da vítima, colocado ente duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente” (Relatório Figueiredo: 3).

Quando, no início de 1980, participando de uma pesquisa na aldeia de Ligeiro, no Rio Grande do Sul, ouvi um assustado residente Kaingang me sussurrar às pressas um mal articulado apelo contra o uso do “tronco” que estava ali, no porão do salão de festas do posto da FUNAI, imaginei tratar-se de castigo ao estilo do pelourinho, com açoites e gritos. O Relatório Figueiredo, ao corrigir o meu equívoco, transportou-me de volta a Ligeiro e a profunda perplexidade que senti ao ouvir a queixa do indígena, rápida demais para uma reação de minha parte, antes de ele se evaporar ao ouvir os passos de alguém que se aproximava. Tratava-se de área coberta pela antiga 7ª Inspetoria do SPI, onde, treze anos depois, a prática do tronco sobrevivia ao Relatório e à indignação de seu relator.

Vejamos alguns exemplos de como os postos do SPI eram geridos. O funcionário Alvaro de Carvalho foi acusado de ter cometido cinco infrações, dentre as quais: “Crime de morte praticado na pessoa do índio Narcizinho, depois de pendurá-lo pelos polegares e espancá-lo (Pôsto Cacique Doble, da IR-7)” ... “Ataíde Inácio Cardoso [duas infrações]: Aliciamento da índia Leonora, da tribo Tucanos, do alto Rio Negro, para amante de Manoel Moreira de Araújo” ... “Boanerges Fagundes de Oliveira [nove infrações]: Seduziu a índia quando presidia uma Comissão de Inquérito Administrativo na Ilha do Bananal” ... “Dival José de Souza [28 infrações]: Tinha ciência das torturas dos índios, inflingidas (*sic*) pelos irmãos Bueno e nunca tomou providência, mesmo tendo sido feito apêlo pelos índios” ... “Djalma Mongenot [duas infrações]: Deflorou a índia Terena do Pôsto Indígena Ipegue, no próprio recinto da sede da Inspetoria” ... “Eurico Castelo Branco [três infrações]: 1. Supliciava no ‘tronco’ índios, em Nonoai ... 3. Arrombou cofre da Fazenda São Marcos para retirar documentos” ... “Flávio de Abreu [23 infrações]: 1. Escravização de índios em proveito próprio ... 3. Trocou a índia Rosa por um fogão de barro com o Sr. Seabra e ainda mandou surrar o pai da mesma, em virtude da reclamação feita. 4. Responsável pelo espancamento do índio Cecilio de 7 anos de idade ... Idem do

garoto índio Lalico. ... 6. Costumava forçar os índios a espancarem suas mães, tendo castigado o índio Salu, por ter se negado a tal ”... “Heroides Teixeira [três infrações] 1. Cárcere privado de índios: construiu uma prisão dentro da podridão da estribaria, sem iluminação e nem aeração”.

E assim transcorre o Relatório Figueiredo por 51 páginas (16-67) escritas em espaço simples, expondo os crimes de 131 funcionários do SPI, inclusive do notório diretor Major Aviador Luiz Vinhas Neves, acusado de 42 irregularidades, a maioria de cunho administrativo, corrupção generalizada e malversação de verbas destinadas às aldeias indígenas (Resende 2015: 504-505).³ O Relatório Figueiredo ainda “denuncia a introdução deliberada de varíola, gripe, tuberculose e sarampo entre os índios” (Comissão Nacional da Verdade, vol. II: 207).

Se passarmos do Relatório Figueiredo de 1968 para o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de 2014, a esperança na eficácia educativa das lições do passado cai de vez por terra. Entre 1946 e 1988, são “ao menos 8.350 indígenas mortos ... em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou de sua omissão”, contando apenas os casos constantes do levantamento da Comissão da Verdade. “O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior” (CNV, vol. II, Texto 5: 205).

Dois produtos especialmente perversos da política indigenista durante a ditadura militar foram a prisão ou, eufemisticamente chamada reformatório para indígenas “infratores” instalado no estado de Minas Gerais, e a nefasta Guarda Rural Indígena (GRIN), composta de índios treinados militarmente para atuar repressivamente contra

³ “Nas gestões do major aviador Luis Vinhas Neves, do general Bandeira de Mello e de Romero Jucá [os dois últimos já da Funai], por exemplo, há casos de graves violações de direitos humanos associados à extração de madeira e minérios, à colonização e a obras de infraestrutura” (CNV 2014: 205).

outros índios. Tratava-se de “uma operação de contenção dos índios, tanto nos problemas internos quanto nos ataques a ‘civilizados’” (Valente 2017: 73). Denúncias de maus tratos não se fizeram esperar e, em pouco tempo, tanto o “reformatório” como a GRIN deixaram de existir, mas seus efeitos “permaneceram por décadas na memória dos seus prisioneiros. As histórias que eles contam não revelam apenas dramas pessoais, mas também como uma política de Estado afetou o curso da história de grupos indígenas inteiros” (*idem*: 76).

A estas alturas, fica evidente que as violações contra os direitos indígenas não são fortuitas, mas ‘sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas como pelas suas omissões” (CNV, *op. cit.*: 204). É estarrecedor constatar que “[m]ais índios morreram por causa das decisões da ditadura do que as vítimas de outros grupos, armados ou não” (Resende 2015: 510. Ver Benítez Trinidad 2017). O sofrimento infligido a milhares de índios em nome da cupidez humana ou da quimera do desenvolvimento justificaria levar o Brasil à pena máxima por crimes de lesa-humanidade.

Mas, sendo as coisas como são, os tribunais sofrem com muitos dos vícios que produzem tais crimes e quem denuncia arrisca-se a infortúnios como estes: “O procurador Jáder de Figueiredo, autor do relatório que colaborou para a extinção do SPI, morreu em acidente de ônibus em 1975. Para a família, o caso ‘nunca foi esclarecido’. Outro acidente viário, este nos anos 1990 em Brasília, matou o sertanista Ezequias Heringer, o *Xará*, que havia denunciado a situação dos índios panará” (Valente 2017: 388-389). Resta-nos a nós, intelectuais, combater tais flagelos com a arma que melhor sabemos manejar: a palavra. Com ela podemos dar corpo à indignação, à denúncia, à incúria moral, ao alerta.

Os casos que visito aqui – Xetá, Yanomami e Avá-Canoeiro – todos vítimas do “desenvolvimento” (Rist 1996), da rapacidade econômica e da negligência estatal, foram

objeto das investigações da Comissão Nacional da Verdade; são paradigmáticos por revelarem todas as modalidades de genocídio, desde ação direta do Estado, até a sua omissão e conivência; da violência direta e crua a sutilezas burocráticas igualmente assassinas. Todos esses casos foram documentados minuciosamente por antropólogos e estão fartamente registrados em relatórios, dissertações, teses e livros acessíveis ao público.

Foi a sorte que nos reservaram nos espalhando como bichos

Carmen Lucia da Silva, 1998

Em 1964, os índios Xetá foram tidos como extintos. Viviam no noroeste do estado sulista do Paraná, falavam uma língua da família Tupi-Guarani e, supõe-se, seriam cerca de 200 pessoas às vésperas de sua extinção. A Comissão Nacional da Verdade examinou o caso e constatou que, em 1951, o chefe da 7ª Inspeção Regional do SPI, Lourival da Mota Cabral, negou as medidas de proteção aos Xetá solicitadas pelo sertanista Wismar da Costa Filho depois de este ter verificado a presença dos índios na área cobiçada pela companhia de colonização. Ao negar, o chefe argumentou “não mais haver índios sem contato no estado do Paraná. Mota Cabral foi apontado pelo procurador Jáder de Figueiredo Correia como um dos funcionários do SPI envolvidos com empresas madeireiras e que se favoreciam da exploração madeireira ilegal em terras indígenas no sul do país” (CNV 2014: 224).

A história pungente desse crime lesa-humanidade foi contada com extraordinária sensibilidade pela antropóloga Carmen Lucia da Silva que a recolheu dos poucos sobreviventes que conseguiu localizar trinta e dois anos depois. Eram oito, três mulheres e cinco homens, e só sobreviveram porque foram raptados na infância e adolescência

pelos fazendeiros que invadiam implacavelmente seu território e por funcionários do SPI (Silva 1998). “Em um período de aproximadamente dez anos, os Xetá foram tragicamente exterminados enquanto povo, sem que lhes restasse qualquer alternativa de reagir e resistir às investidas dos colonizadores sobre suas vidas” (*idem*: 35). A cronologia do genocídio Xetá começa nos anos 1940 com a “febre do café” no estado do Paraná: “trabalha-se, luta-se e mata-se por um punhado de terra que sirva para a plantação de cafezais” (*idem*: 2). Mas é na década de 1950 que o assédio aos Xetá se exacerbou. Implicada no processo está a 7ª Inspeção de má fama. Funcionários do SPI procuram, mas não encontram as aldeias indígenas que estavam no caminho da Companhia de Colonização Suemitsu Miyamura. Já em 1952, agrimensores da companhia capturam um menino. A partir daí, e até 1964, há uma constante corrida dos colonizadores, tratores em marcha, pela terra Xetá, tímidas tentativas do SPI para encontrá-los e “protege-los”, ou seja, tirá-los do caminho dos intrusos, e a fuga contínua, desesperada e infrutífera dos índios, tocados pelo ronco dos tratores em seu encalço. Mais crianças Xetá foram arrancadas de seus pais para servir aos fazendeiros e funcionários do SPI. Era governador do Paraná o milionário Moysés Lupion, promotor do desbravamento do noroeste do estado, quando o SPI desistiu de procurar aldeias Xetá e deu-os por extintos.

Além do esbulho clamoroso das terras Xetá, os invasores e seus cúmplices, funcionários do SPI, perpetraram crime ainda mais grave: atentaram contra a própria reprodução do grupo através de seguidos sequestros de crianças. “O próprio Lustosa de Freitas, designado pelo SPI responsável pelos Xetá, sequestrou duas crianças ao longo desse período ... Às tentativas dos pais de retomar as crianças, Lustosa de Freitas respondia com violência:

A mãe dele ficou uns três ou quatro dias em redor para roubá-lo
[sic]. Quando foi um belo dia, ela ameaçou pegá-lo. Foi quando eu

peguei uma vara de bater em vaca e a ameacei. Depois disso, ela nunca mais tentou. O Mã tentou, chegou a pegá-lo, mas eu fiz a mesma coisa” (CNV 23014: 225).

Para contar essa infâmia do indigenismo brasileiro, nada melhor do que a voz da etnógrafa Carmen Lucia da Silva (autora da citação acima), que teve o privilégio de conviver intensamente com os sobreviventes e detentores de memórias extraordinárias. Cito, portanto, trechos de sua dissertação de mestrado para melhor fazer jus à sua trágica história.

“Contam os sobreviventes Xetá que, antes dos brancos chegarem e iniciarem a caçada ao seu povo, abrindo picadas e tomando suas terras, eles já tinham ouvido sua gente falar a respeito deles” (Silva 1998: 148). “A presença do [gado] no local já indicava que os brancos estavam próximos e, se não o estavam, pelo menos passavam por perto” (*idem*: 153). “À medida que o tempo transcorria, o estranho impunha cada vez mais o peso de sua força entre o povo Xetá. Suas ações adquiriam forma e enchiam de temor esta sociedade, que vivia fugindo da possibilidade de ser alcançada por ‘homens que andam no ar e parecem formiga no roçado’” (: 155). “As fugas, segundo Tuca e Kuein, tornaram-se constantes da parte daqueles Xetá que paravam próximo ao rio Ivaí e procuraram afastar-se dele” (: 156). “A cada perigo, uma fuga, uma corrida ... cada vez mais, o cerco ia se apertando e eram muitos brancos vindos de todos os lados” (: 157).

“Os brancos nos viam como gente selvagem, enquanto quem nos matava eram eles e nós corríamos. Às vezes as pessoas pensam que só as armas matam, mas o medo, as doenças, a perseguição e a tristeza também matam” (: 160). *“Vendo o corvo voar, seguiram o rumo dele, foram em frente, até chegarem no acampamento. Lá encontraram três pessoas mortas. Os brancos os mataram. Cortaram a cabeça deles. A boca dos*

adultos, encheram de mato, depois os colocaram lado a lado, e o piá no meio dos pais” (: 160-161). *“Nós não tínhamos mais paradeiro, dormíamos aqui, acolá, mas sempre no mato. Quando percebíamos que podíamos ser alcançados, tomávamos outra direção. Nossa vida era andar e fugir, dormir num lugar e mal acordava ia pra outro* (: 162).

Inevitavelmente, o cerco se fechou e encurralou os Xetá de maneira irreversível. “As áreas de trânsito, de caça e de coleta de alguns grupos familiares estavam diminuindo vertiginosamente. As crianças e mulheres tornaram-se um dos principais alvos dos intrusos, que, a cada oportunidade que tinham, investiam contra elas para captura-las” (: 167). Passaram então a despertar o interesse do SPI, que organizou tímidas expedições para localizar o que restava dos Xetá. Porém, sendo o SPI, e em especial a 7ª Inspeção, o que era, *“Faltou determinação para encontrar todo o nosso povo”* (: 177).

“Desde as notícias iniciais veiculadas pelos colonizadores em 1948/1949 a respeito da presença de um grupo indígena na região, esta foi a primeira vez [novembro de 1955] que o SPI teve um contato mais próximo com os Xetá ... [e] ainda não havia tomado qualquer medida para conter o avanço das frentes de ocupação no território do grupo” (: 179). “Ao contrário, as ações arrojadas dos colonizadores tornaram-se mais violentas enquanto o Estado do Paraná e a União, representada pelo SPI, cada vez mais omissos e ausentes em relação à sua proteção territorial, física e cultural” (: 182). Tuca, um dos sobreviventes, acompanhando um grupo de pesquisa da Universidade do Paraná em busca da aldeia Ajatukã, procurou um grupo de “aproximadamente 30 pessoas que havia sido avistado por um lenhador no interior da floresta, próximo ao riacho Maravilha. Após cinco dias de caminhada ..., retornaram sem qualquer notícia dos índios” (: 185).

Um grupo familiar que havia sido contatado pela expedição de 1956 foi “barbaramente exterminado, no interior da floresta, por um grupo de homens brancos

armados que invadiram a aldeia, atirando em todas as pessoas que ali estavam. Nhengo conseguiu escapar Ao retornar, encontrou todos mortos, os corpos estirados, alguns carbonizados e a aldeia queimada. ... A explicação dada [por repórteres] foi que, sua aldeia havia desaparecido em decorrência de um surto de gripe” (: 185-186).

“Por volta de 1961/1962, o grupo um pouco maior era visto às vezes pedindo farinha com açúcar, pelas casas dos caboclos. Nas grandes tempestades apareciam encharcados, roupas rasgadas e sujas, pedindo ‘pinga’, que os caboclos, em geral, lhes ensinaram ser bom para tudo ... [E]m 1963 uma jovem com aproximadamente 12 anos havia morrido doente nas proximidades de Ivaté, após pedir farinha com açúcar na casa de um casal de imigrantes italianos” (: 207). Humilhação, abandono e roubo de dignidade também são armas mortíferas!

“1964. Durante os meses de julho e outubro é realizada expedição de pesquisa da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e Presidente Prudente, que percorre a região da Serra dos Dourados à procura de grupos Xetá. Não os encontra” (: 8).

Não faltam ironias lúgubres a esse caso. Em 1961, as “autoridades” brasileiras criaram o Parque Nacional de Sete Quedas que acomodaria o povo Xetá cujo território “estava totalmente ocupado e grande parte dele, desmatado” (: 204). Isso nunca aconteceu e o parque foi extinto vinte anos depois. De beleza ímpar, Sete Quedas reunia um conjunto de imensas cachoeiras no rio Paraná na fronteira do Brasil com o Paraguai. Em 1982, ela foi totalmente submersa pela hidrelétrica de Itaipu. Como o povo Xetá dezoito anos antes, Sete Quedas desapareceu do mapa. Não é difícil imaginar por que passariam os Xetá se, sobrevivendo à chacina terrestre, se vissem ameaçados de afogamento coletivo. Parafraseando a expressão inglesa *to add insult to injury*, seria como somar insulto ao assalto.

Inédito na história da antropologia, ao menos no Brasil, é o efeito do trabalho etnográfico de Carmen Lucia da Silva. Incumbida pela Funai do Paraná a acompanhar o caso de um indígena que aguardava atendimento para uma perícia num manicômio judicial, Carmen teve ali – por uma ironia sinistra – o primeiro encontro com os sobreviventes Xetá. Aos poucos, o número foi aumentando, até somarem oito, o seu universo etnográfico (: 20-34). Conhece-los, reuni-los, interagir com eles revelou aspectos da etnografia que, via de regra, passam despercebidos, quando o campo do etnógrafo é um espaço geográfico e social minimamente estruturado. Não era o caso de Carmen. O que resultou de sua busca pelos sobreviventes Xetá pelo sul do país é nada menos que aquilo que podemos chamar de uma “aldeia virtual”, virtual, não no sentido de as pessoas não terem substância concreta, mas, naquele momento, de ser uma virtualidade espacial. Ela conseguiu o que, para alguns deles, era impensável. *“Até hoje pela manhã, eu só tinha o meu marido e o meu filho, me achava só no mundo, sem parente. Agora eu me encontrei, tenho parentes, tenho até irmãos (...). É como deitar pobre e amanhecer rica. Eu tenho irmãos e tios (...)”* (: 94).

Também descobrimos por Carmen uma “metodologia”, digamos assim, de como transformar memórias em narrativas. Três dos sobreviventes pediram-lhe uma reunião, de modo a “criar um ambiente que possibilitasse a eles evocar os dados da memória coletiva Xetá, inclusive com narração de histórias na língua do grupo. Ainda que o ambiente fosse uma criação artificial, foi importante sua concretização para que, em grupo, pudessem contar histórias ‘como na aldeia’, atendendo assim a um desejo que diziam possuir há muito tempo e que a pesquisa despertou e concretizou” (: 24). Para narrar, era preciso ter a presença de três. “Ora um narrava a história e outro perguntava e assim sucessivamente. Todos se auxiliavam mutuamente, produzindo narrativas compartilhadas da memória coletiva de sua sociedade. No caso, eu e o filho de Tikuein

(Mã), embora não entendêssemos o que era dito, éramos a plateia para quem as histórias eram traduzidas simultaneamente” (: 25).

Dessa formidável experiência etnográfica surgiram duas consequências de cunho diverso, mas igualmente poderosas: uma foi a tese de doutorado de Carmen. Intitulada *Em busca da sociedade perdida* (Silva 2003), é o produto da intensa interação da autora com seus companheiros de pesquisa, os sobreviventes Xetá. Não apenas mostra uma surpreendente densidade etnográfica, como, talvez mais surpreendente ainda, a capacidade de seus interlocutores para reter na memória a língua, a sociedade e a cultura que lhes fora roubada em tenra idade. A outra consequência, tornando a aldeia virtual em real, foi a conquista de uma terra indígena própria, reconhecida pelo Estado através da Funai. Talvez sem se dar conta plenamente, Carmen tinha diante de si um processo vivo de revitalização étnica. Os oito sobreviventes, não tendo mais como reproduzir biologicamente a sociedade perdida, casaram-se com pessoas de diferentes procedências: Kaingang, Guarani, não indígena No entanto, independentemente de gênero e de regra de filiação, todos os seus descendentes declaram-se Xetá. Como uma Fênix cerebral, a aldeia virtual tomou corpo e se recriou.

Nenhum esforço de síntese é capaz de fazer uma pálida sombra de justiça à densidade etnográfica e emotiva do trabalho de Carmen Lucia da Silva. Arrogo-me a tarefa de registrar o caso Xetá, porque é urgente divulgar sua história o mais amplamente possível, uma vez que, inexplicavelmente, sua dissertação continua inédita. Membro da banca que a avaliou em 1998, fui atingida em cheio pela tragédia Xetá, especialmente, porque ressoou em mim, como um eco lancinante e um *déjà vu* devastador, o que testemunhei poucos anos antes entre os Yanomami no Norte do Brasil e para o qual me volto agora.

Foi genocídio!

Luciano Mariz Maia, 2001

No fim de 1970, quando encerrei a primeira fase de minha pesquisa de campo com os Sanumá, o subgrupo mais setentrional dos Yanomami, eles, como tantos outros Yanomami, não sabiam que existia a palavra “índio”. Ao longo daquela década, um número crescente, principalmente aqueles Yanomami afetados pela abertura de estradas, pela mineração e projetos de colonização, familiarizou-se com a dicotomia índio/branco ao sentir na pele os efeitos da discriminação, do preconceito, da expropriação, no duro aprendizado do que significa a colonização da consciência (Comaroff & Comaroff 1991: 224). Em vinte anos, virtualmente todos os cerca de 25 mil Yanomami no Brasil⁴ passaram a provar o gosto amargo de ser “índio” no meio hostil da interetnicidade no mundo “moderno”, se assim se pode chamar a rudeza da fronteira social entre indígenas e não indígenas.

Ao contrário dos Xetá, os Yanomami em território brasileiro chegaram ao século XXI com um território de quase nove milhões e meio de hectares oficialmente demarcado em 1992 – a Terra Indígena Yanomami – e uma população em crescimento. Salvos do destino dos Xetá, que foram escorraçados de suas próprias terras e abandonados à morte por seus supostos protetores, os Yanomami contaram com um contingente de aliados – reunidos em torno da Comissão Pró-Yanomami criada em 1978 – que, por mais de treze

⁴ A família linguística Yanomami ocupa a região do divisor de águas entre a bacia do Amazonas e do Orinoco. Num total estimado em 35 mil pessoas, eles residem em inúmeras aldeias no Brasil e na Venezuela; neste último país contam com mais de 11 mil pessoas, segundo dados de 2011 (ISA <https://socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami#Localiza.C3A7.C3o.A3o e popul.C3.C7.C3.A3o>). Acesso 19/06/2018.

anos, enfrentaram um Estado ditatorial e um contingente de empresários dispostos a tudo, com o intuito de poupá-los do extermínio que ceifara tantos povos indígenas desde 1500.

Entretanto, o século XX não foi gentil com os Yanomami. Como muitos outros povos indígenas da Amazônia, eles foram golpeados por projetos de desenvolvimento do regime militar que, com suas manias de grandeza e fantasias geopolíticas, contribuíram para a destruição de centenas de sociedades indígenas naquela região. Chamou-se a isso o “milagre brasileiro” (Davis 1978). Os Yanomami não escaparam do flagelo militar. Limito-me aqui a três episódios que ocorreram na segunda metade do século XX e que custaram imenso sofrimento a praticamente toda a população Yanomami no Brasil: o projeto Calha Norte, a invasão garimpeira e o massacre de Haximu.

Elaborado em segredo de segurança nacional em 1985 e vazado ao público um ano depois, o Projeto Calha Norte propunha “a construção de uma vasta infraestrutura – aeródromos, rodovias, quartéis, escolas, bancos, distribuidores de alimentos – para tornar possível a ‘vivificação’ da zona de fronteira internacional. Por vivificação quer-se dizer o assentamento de colonos brasileiros e a instalação de projetos minerais que demonstrem o poder e o controle do Estado brasileiro, com o objetivo de obter a hegemonia geopolítica na região amazônica” (Ramos 1995: 59). Mais adiante, essa análise continua: “O Projeto Calha Norte em território Yanomami inclui a construção de quatro batalhões e sete aeródromos. A justificativa para esse aparato militar era inicialmente o melhor controle da zona de fronteira e a manutenção da ordem no processo de colonização da área. O embuste dessa retórica veio à tona quando as Forças Armadas se omitiram na prevenção e no controle das atividades desordenadas e ilegais de dezenas de milhares de garimpeiros que, a partir de agosto de 1987, invadiram as terras Yanomami” (*idem*: 60).

Episódio revelador dos interesses não revelados pelos produtores do Calha Norte foi o que ocorreu na aldeia de Paapiú em 1986. Uma pequena pista de pouso de uns 300 metros que servia a Missão Evangélica da Amazônia, foi selecionada pelos militares para a dita vigilância das fronteiras. A Força Aérea ampliou para cerca de mil metros; “os cem metros de cada lado da pista passaram a ser área de segurança nacional. Por isso, os Yanomami foram obrigados a demolir sua grande casa comunal que por acaso haviam muito antes construído dentro dessa faixa de cem metros. Como os militares não tinham qualquer plano de construir uma base naquele local, assim que completaram o trabalho, foram embora, deixando para trás os escombros da casa comunal Yanomami e um mal aparelhado posto da FUNAI. Poucos meses depois, a pista era invadida por centenas de garimpeiros em busca de ouro” (*idem*: 60-61) e a dita área de segurança nacional foi logo tomada por barracos cobertos com aquele plástico azul típico dos acampamentos garimpeiros. Em suma, as pistas de pouso das Forças Armadas serviram de cabeça de ponte para o avanço fácil e desimpedido de predadores dos recursos e das vidas dos Yanomami. Uma década antes, porém, vieram as estradas.

Anterior ao Projeto Calha Norte, a Perimetral Norte fazia parte do Projeto de Integração Nacional (PIN), idealizado pelos últimos governos militares. Pretendiam abrir a Amazônia ao mercado, através da abertura de estradas e da maciça colonização à beira delas. Foi nessa fase que os povos indígenas da Amazônia sofreram um dos maiores revezes de sua história, o que gerou uma densa bibliografia sobre extermínio indígena e ambiental na região (ver, por exemplo, Barbira-Scazzocchio 1980, Bunker 1985, Moran 1981, Pinto 1980, Schmink & Wood 1984, 1992). Também incluído naquele projeto estava o retalhamento de terras indígenas, como as dos Tikuna, Tukano e Yanomami em pequenas áreas intercaladas por corredores destinados à exploração comercial (Albert 1990, 1997, Andrade 2003, Ramos 1991, 1998, capítulo 8).

A abertura da quimérica rodovia Perimetral Norte que, no dizer da época, ia do nada a lugar nenhum, começou a leste da junção com a rodovia Manaus-Caracarái, em Roraima, e terminou abruptamente cerca de 400 quilômetros mata a dentro, já no estado do Amazonas a oeste. Sua construção tomou de assalto uma série de aldeias Yanomami nos estados de Roraima e Amazonas, causando epidemias e alta mortalidade. “A abertura da Perimetral trouxe centenas de homens e máquinas aos vales dos rios Ajarani e Catrimani que até então se mantinham relativamente isolados do mundo exterior. ... [D]epois da construção tornou-se fácil viajar para bem dentro da área indígena. ...

Uma multidão de operários com saúde precária irrompeu nas pequenas comunidades Yanomami, oferecendo comida e bebida, seduzindo as mulheres e espalhando uma profusão de doenças contagiosas. Um ano depois, prostituição e mendicância eram penosamente visíveis. Mas o pior foi o efeito devastador da disseminação microbiana” (Ramos 1995b: 272). Antes do início da construção, a população de cinco aldeias daquela região era de 102 pessoas. Dois anos depois, eram apenas 63, ou seja, quase 40% daquelas primeiras aldeias sucumbiram à virulência trazida por ela. Se os números parecem modestos, comparemo-los em percentagem ao que corresponderia a um cataclismo que caísse sobre o Brasil e matasse 40% de seus 204 milhões de pessoas. Assim como 88 milhões brasileiros fariam muita falta ao país, também 39 pessoas fizeram muita falta à vida dos sobreviventes.

Das obras de infraestrutura do Calha Norte à grande invasão garimpeira foi um piscar de olhos. Já em fevereiro de 1987, menos de um ano depois de o projeto ser devassado, em pleno Carnaval, um bando de garimpeiros, vestidos com fardas do Exército e comandados pelo empresário José Altino Machado, invadiam a pista de pouso na Serra de Surucucus, coração geográfico e demográfico da terra Yanomami. Em janeiro de 1988, eram 10 mil garimpeiros que extraíam 30 quilos de ouro por dia (CEDI

1987/88/89: 176). De meados de 1987 a janeiro de 1990, o auge da corrida do ouro, estima-se que cerca de mil Yanomami, ou seja, 14% de sua população em Roraima, tenham morrido, principalmente, por causa de doenças como a malária (Fundação Nacional de Saúde 1991:73). O número foi crescendo até cerca de 45 mil em 1990, quando então o escândalo do morticínio Yanomami chegou à imprensa nacional e internacional e o governo federal viu-se obrigado a dar satisfações.

Ignorando as ordens de militares e do governador de Roraima, o notório Romero Jucá – saído da presidência da Funai para governar aquele estado e hoje senador da República na lista negra da justiça por crimes de corrupção – que proibiam a entrada na terra Yanomami de antropólogos, agentes de saúde e missionários católicos enquanto os garimpeiros faziam seu trabalho de dizimação, o então Presidente José Sarney, pressionado pela opinião pública, pelas Nações Unidas e pela Organização dos Estados Americanos, convocou todos os profissionais banidos pelos protetores dos garimpeiros a voltar à área e ajudar a debelar as seguidas epidemias de malária que grassavam por quase toda a terra indígena.

Em junho de 1989, depois de uma torrente de más notícias vindas da área com relação ao estado de saúde dos Yanomami e aos estragos ambientais causados pelo garimpo, uma comitiva da Ação pela Cidadania - grupo constituído de parlamentares, membros da Igreja, representantes de associações científicas e Organizações Não Governamentais - foi a Roraima obter informações em primeira mão.

"'Isto é um Vietnã! ', exclamou um dos parlamentares ante a visão apocalíptica de aviões e helicópteros em constante movimento que saturavam a pista do Paapiú com um ruído infernal e sem trégua. Aí, a longa faixa de lama de quase um quilômetro, continuamente sulcada por aviões de diversos tamanhos, palmilhada por constantes

ondas de peões, empresários, comerciantes, prostitutas e Yanomami de ambos os sexos e de todas as idades, servia de palco para um dos capítulos mais trágicos da curta história do contato dos Yanomami com o mundo de fora. Suas plantações foram transformadas em grandes crateras abertas com jatos d'água, suas vias de comunicação na mata foram cortadas por outras tantas crateras, fazendo com que várias comunidades ficassem isoladas umas das outras. Os animais de caça fugiram do ruído ensurdecido dos aviões e maquinário, os peixes morreram pela poluição dos rios” (Ramos 1995c: 61-62).

Em 1990, vieram as primeiras estatísticas confiáveis. Em apenas dois anos, estima-se que 23% dos Yanomami afetados pelos garimpos foram mortos ou por malária ou por balas dos garimpeiros. Nas regiões do Paapiú e Surucucus, no coração da área Yanomami no Brasil, onde praticamente não existia malária, algumas comunidades foram acometidas por ela em até 91% de seus habitantes. “No Paapiú, 43% das pessoas perderam de um a dez parentes próximos. Comunidades inteiras foram devastadas pelas ondas contínuas de epidemias de malária, e os poucos sobreviventes viram-se obrigados a se asilar com parentes distantes, muitas vezes em tensas condições sociais” (Ramos 1995b: 279). Ainda nessas duas regiões, 13% das crianças perderam pai, mãe ou ambos entre 1987 e 1990. Crianças órfãs como essas começaram a aparecer em Boa Vista, capital de Roraima, onde funcionários da FUNAI e outros tomaram-nas para criar. Aparentemente humanitária, essa prática acontecia num contexto de exacerbado preconceito da população regional contra os índios. Além disso, quanto mais crianças fossem levadas do convívio Yanomami, mais difícil seria a recuperação demográfica do grupo.

Várias medidas foram tomadas para tentar estancar a invasão garimpeira e seu catastrófico impacto. “Em Brasília, o Procurador Geral da República demandou o reconhecimento oficial dos nove e meio milhões de hectares do território Yanomami”

(Ramos 1995b: 277), enquanto um juiz federal ordenou a sua interdição e a remoção de todos os não indígenas que lá estavam ilegalmente. No entanto, as invasões garimpeiras, mais ou menos intensas, continuam até hoje.

Naquela conjuntura, o caso Yanomami “conseguiu congregar numa mesma arena política um número insólito e inesperado de personagens desencontradas com posturas e interesses os mais antagônicos, ou seja: o capital selvagem dos empresários do ouro, as massas falidas de peões desenraizados, os índios Yanomami e sua multiplicidade interna, o governo local abertamente a favor desse tipo de extração de ouro, o governo federal numa oscilação de pêndulo entre atender aos interesses privados e manter uma imagem de democracia, o poder judiciário local a serviço dos poderes econômicos e o poder judiciário federal a serviço do estado de direito” (Ramos 1995c: 82-83).

Como se tudo isso não bastasse, em 1993, ocorreu o que ficou conhecido como o massacre do Haximu durante uma disputa gerada pela extração ilegal de ouro por cerca de vinte garimpeiros brasileiros em terras Yanomami, já em território venezuelano. Dezesesseis Yanomami, mulheres e crianças em sua maioria, foram executadas a facão e armas de fogo num acampamento da mata próximo à aldeia Haximu na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Os detalhes do massacre foram recolhidos pelo antropólogo Bruce Albert (Albert 2001: 39-50) e amplamente divulgados na imprensa nacional e internacional. Quatro desses garimpeiros foram condenados pelo Superior Tribunal de Justiça por crime de genocídio a cerca de 20 anos cada um. Décadas depois, apenas um continuava preso. “Dentre os demais envolvidos, alguns morreram, mas a maioria desapareceu nos descaminhos da Amazônia brasileira” (ISA 2007).

Quando o Procurador da República, Luciano Mariz Maia, qualificou o massacre como genocídio, ele se baseou em fortes evidências, como a impessoalidade e a intenção

de eliminar todo um grupo, “pela única condição de as vítimas serem Hwaximëutheri” (Maia 2001: 28). E conclui: “Foi genocídio!” (*idem*: 36).

Depois dos grandes reveses do século XX, os Yanomami que, afortunadamente, nunca chegaram aos extremos do genocídio que vitimou os Xetá e tanto outros povos indígenas no Brasil, mantêm a maior parte da sua terra protegida e sua gente crescendo, apesar de o crônico problema das invasões garimpeiras ainda estar longe de acabar.

A rendição não veio na forma de uma harmoniosa ‘confraternização’ entre estranhos, conforme a versão oficial, mas na forma de um humilhante aprisionamento, em que os Avá-Canoeiro não foram considerados como plenamente humanos pelo Estado

Patrícia de Mendonça Rodrigues, 2018

Avá-Canoeiro, povo indígena Tupi-Guarani, que no século XIX contava com cerca de três mil pessoas, teve, ainda naquele século, sua sociedade irreversivelmente mutilada pela guerra que sofreram com o avanço da conquista do interior do Brasil. Hoje, as duas partes fraturadas – os Avá do Tocantins e os Avá do Araguaia – já não se reconhecem mais como parentes, embora falem basicamente a mesma língua. Com muitos pontos em comum com o extermínio dos Xetá, outro povo Tupi-Guarani, a história dos Avá-Canoeiro é também contada meticulosa e compassivamente pela antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues. Assim como é impossível fazer justiça à densidade do relato de Carmen Lucia da Silva sobre os Xetá, também o de Patrícia é impermeável ao resumo e à paráfrase. Seu estilo cativante prende o leitor às quase 500 páginas do manuscrito de 2018 que, em pouco tempo, deverá transformar-se em livro. Ali está plasmado um dos mais abjetos exemplos de genocídio perpetrados contra uma nação indígena. Também aqui sigo os passos da autora pelo trágico périplo dos Avá-Canoeiro do Araguaia.

“Quando se referem aos fatos protagonizados pela Frente de Atração, os Avá-Canoeiro do Araguaia sempre falam sobre o evento crítico que marcou a derrota final – depois de dois séculos de ativa resistência e recusa ao intercâmbio pacífico – como o tempo em que ‘Apoena pegou a gente’ ... os índios acuados foram literalmente capturados por agentes armados do Estado brasileiro. O relato é digno de uma violenta caçada de animais selvagens ou de uma bandeira seiscentista à procura de escravos indígenas, de modo que os Avá não estão se valendo de uma metáfora ou de mera força de expressão para dizer que eles foram ‘pegos’” (Rodrigues 2018: 291). Foi em 1973/74.

Apoena Meireles, o funcionário da FUNAI autor dessa proeza teve com ela sua reputação de sertanista elevada às raias do heroísmo. “A construção de uma imagem heroica e romântica da empreitada foi feita em entrevistas de Apoena Meireles à grande imprensa, em que a captura dos Avá-Canoeiro foi descrita como uma vitória do Estado” (Rodrigues 2013: 97). “A forma como o ‘contato’ foi realizado foi muito mais brutal do que aparece nos boletins oficiais da época, que tentam ostensivamente engrandecer o feito dos sertanistas e ocultar a violência dos procedimentos adotados” (Rodrigues 2012: 209). Denise Maldini, a esposa antropóloga de Apoena, criou uma versão edulcorada do assalto e aprisionamento das vítimas, ao dizer que “os Avá-Canoeiro ‘quiseram acompanhar’ o sertanista até a fazenda ou que ‘nunca houve nenhum problema com os Avá-Canoeiros’ depois do encontro na mata”. No entanto, continua Denise, “‘o que me preocupava era o Barbosa (Sidovi), o mais meigo, o mais gentil dos quatro’ Xavante” (*idem*: 215-216), e que, no meio da refrega, fora flechado no nariz.

Exemplificando o que Neil Whitehead (1990) chamou de *ethnic soldiering*, a tropa de captura comandada por Apoena Meireles contava com quatro índios Xavante, “grupo indígena com o qual ele e seu pai ... tinham grande familiaridade” (Rodrigues 2013: 98), pois o pai, Francisco Meireles, sertanista do SPI, havia “pacificado” os Xavante duas

décadas antes. Contra as tentativas dos agressores de “dourar a pílula”, criando a fantasia da troca de abraços e sorrisos com os índios, a versão dos próprios Avá é bem outra. E mesmo que esta não fosse conhecida, o fato de que “todo o contexto histórico de massacres e perseguições que transformaram os Avá-Canoeiro em especialistas em fugas repentinas ... é impossível alguém acreditar que os Avá tenham aceitado docilmente a rendição final, ainda mais diante de uma aproximação tão assustadora, feita por desconhecidos armados, gritando, gesticulando, pulando e soltando fogos de artifício” (*idem*: 99). O escandaloso rompante imediatamente incorreu no primeiro assassinato, quando “a equipe de sertanistas entrou atirando no acampamento, atingindo uma menina avá-canoeiro, que veio a falecer dias depois, na Mata Azul, nos braços de sua mãe” (*idem*: 100).

Daí em diante, o rosário de humilhações cercou os sobreviventes que não conseguiram fugir. Desarmados de suas flechas, “foram aprisionados, com uma única corda, em fila indiana, durante toda a ‘penosa’ caminhada nas savanas inundadas até o Capão de Areia. ... os índios foram levados a pé e ainda amarrados até a distante sede da Fazenda Canuanã”) (*idem*: 100. Foram levados para um “quintal cercado de uma pequena farmácia, onde eram espiados com muita curiosidade pelos visitantes, que se revezavam sem parar para ver ‘os índios pelados e presos’. Um funcionário da Fazenda Canuanã comentou “que os índios foram cercados por seus ‘domadores’” (*idem*: 102). “Foram ainda levados a um povoado vizinho para serem novamente colocados às vistas de curiosos” (CNV, *op. cit.*: 228).

Para exacerbar ainda mais o sofrimento dos Avá-Canoeiro, os Javaé da GRIN, a notória Guarda Rural Indígena, passaram a ser sua guarda policial. “A GRIN vigiou ostensivamente os Avá-Canoeiro como policiais vigiam criminosos, em uma situação de

submissão dos Avá-Canoeiro aos seus antigos inimigos [os Javaé] fomentada pelo próprio Estado” (*idem*: 103).

Assim, “os Avá-Canoeiro perderam definitivamente a sua mínima autonomia e as terras que ocupavam, de interesse também dos Javaé, para latifúndios. Na aldeia Canoanã, onde a maior parte do grupo mora até hoje, os Avá-Canoeiro passaram a viver como ‘derrotados’ em condições graves de degradação física e moral, sofrendo severas restrições alimentares, segregação, marginalização social e constrangimentos de natureza variada. ... Nessa posição de subalternidade, ... foram assimilados culturalmente pelos Javaé à tradicional categoria de *wetxu*, referente aos inimigos que eram derrotados em guerra e se tornavam cativos dos vencedores ... os *Kyrysa*, termo pejorativo como os Avá são conhecidos pelos Javaé, foram incorporados como seres humanos inferiores ou não plenamente humanos” (*idem*: 109). Dessa excruciante experiência restaram apenas cinco pessoas Avá-Canoeiro (Rodrigues 2018: 310).

Dos que foram capturados, “a única pessoa que teve filhos e garantiu a reprodução de seu povo foi *Kaukamy*, conhecida pelo apelido pejorativo de “Macaquira” (*idem*: 312). *Kaukamy*, mãe de prole numerosa, “mesmo tendo filhos de uniões não reconhecidas socialmente, ou de nenhum prestígio social, conseguiu romper o destino traçado para ela pelo órgão indigenista [que tentava controlar suas relações conjugais], garantindo a perpetuação dos Avá-Canoeiro a seu modo” (*idem*: 317). Os descendentes de *Kaukamy*, independentemente de com quem casaram, são hoje um grupo que se chama *Ãwa*. Reminiscente da situação dos Xetá, os Avá-Canoeiro saíram de uma condição praticamente de terra arrasada para outro de visível recuperação demográfica e social. As cinco pessoas que sobreviveram ao assalto armado e ao cativeiro, em 40 anos, tornaram-se 27 em 2017. Também semelhante ao caso Xetá, os Avá-Canoeiro agora têm sua própria

terra – embora uma fração da original – devidamente reconhecida pelo Estado brasileiro como Terra Indígena *Taego ãwa*” (*idem*: 420).

“Durante décadas, os Avá-Canoeiro receberam migalhas da Fundação BRADESCO/Fazenda Canuanã ... em compensação pela terra subtraída. Por vários anos também, os Avá-Canoeiro, um povo de exímios caçadores, submeteram-se ao constrangimento de frequentar o lixão da fazenda-escola, que estava situada em uma antiga área de caça” (*idem*: 326). Deve-se à sua determinação de resistir ao extermínio a reconquista de seu território, ainda que diminuído.

No entanto, como diz o ditado inglês, *old habits die hard* (velhos hábitos resistem à morte), nem todos os dissabores pertencem ao passado. O século XXI trouxe educação formal à nova geração Avá-Canoeiro. Porém, ainda sofrem do rancor atávico de Javaé e de regionais. Ao longo de seu cativeiro, conseguiram criar “vínculos de amizade, apesar de serem conhecidos pejorativamente como os filhos dos Cara Preta que foram ‘pegos’ no mato e que comiam ratos, além de terem sido associados ao canibalismo por alguns alunos da escola em claras demonstrações de assédio moral” (*idem*: 327).

Patrícia de Mendonça Rodrigues rende homenagem aos Avá-Canoeira talvez da melhor maneira que uma antropóloga sensível pode render: “O sentimento de apego visceral à terra, aos antepassados e aos mortos parece não ser mais do que a reprodução em um outro plano, da força do vínculo amoroso que os ãwa demonstram entre si e com suas crianças, como se a ligação profunda entre os parentes fosse a medida básica das relações, e não a guerra aos inimigos, modo como foram representados na literatura durante séculos e que os insere no clássico complexo tupi de sociedades guerreiras. Apesar de séculos de resistência e guerra, foi do amor cuidadoso de uns pelos outros e da transformação dos filhos de ‘outros’ em parentes amados, dentro de uma lógica de

incorporação da alteridade, mas também de nutrição de vínculos de parentesco, que se forjou a resiliência em um ambiente hostil” (*idem*: 420).

Sobre o principal responsável pela última tragédia dos Avá-Canoeira do Araguaia, fica aqui a ironia do devir. “Apoena Meireles morreu em 2004. ...Tendo passado tantos perigos em selvas, Apoena morreu em plena cidade, por tiros disparados por um assaltante, quando retirava dinheiro em um caixa eletrônico no centro de Porto Velho” (Valente 2017: 388).



Se quem lê os relatos acima for levado a imaginar que eles representam o ápice da ferocidade e do descaso contra os povos indígenas do Brasil, temo desiludi-los. Basta ler o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, volume II, texto 5, de 2014. Desfilam por suas 58 páginas os crimes perpetrados contra indígenas somente nos anos da ditadura militar (1964-1985). Ficamos sabendo do despejo do povo Parakanã pela Hidrelétrica de Tucuruí, da saga dos Guarani Kaiowá ao longo de décadas de roubo de terras, assassinatos e constantes deslocamentos, da quase extinção dos Xavante de Marãiwatsédé para atender aos desejos dos proprietários da fazenda Suiá-Missú, que para isso contaram com a ajuda de representantes do Estado, empresários e missionários salesianos (ver também Rodrigues s.d.), dos Avá-Guarani, despejados sem trégua para dar lugar à Hidrelétrica de Itaipu, dos Nambiquara de Rondônia, acossados pela construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho (ver também Price 1989), assolados por sarampo e por desfolhantes químicos, dos Tapayuna, vítimas de envenenamento e armas de fogo, dos Arara em fugas causadas pela abertura de outra quimera, a rodovia Transamazônica, dos Panará, dizimados, humilhados e realocados ao lado de inimigos tradicionais, dos Cintas Largas, vítimas de ataques a dinamite e a micróbios, etc., etc., etc. A extensão da lista corresponde simbolicamente à

extensão do Brasil. É a gigantesca obra perversa de um gigantesco país; é o cômputo de uma nação plural que, como tantas outras destas Américas, recusa essa pluralidade, porque, afinal, ela é um eterno lembrete do fato insofismável de que ele, o Brasil, e todos os outros, tem-se construído sobre os escombros indígenas que eles mesmos criaram. A julgar pelo palco de horrores que tem sido a política indigenista, desde seus primórdios, a nação brasileira assenta-se num imenso cemitério indígena. Indigente como tem sido com relação à educação universal de seus cidadãos, o Brasil mostra pouca apetência para aprender com essas lições.

Quem poderia imaginar que depois do século XX viria logo a seguir o século XI?

Amós Oz 2004

As vinhetas que uso aqui à guisa de subtítulos são um tributo àquelas pessoas que, muitas delas, estiveram à beira do abismo cavado pelo genocídio moderno. A elas sou grata por me darem a sensação reconfortante, por paradoxal que pareça, de que a integridade e dignidade humanas resistem a tudo e a todos. Foram a integridade e a extraordinária resiliência dos povos indígenas das Américas que os trouxeram, **vivos** e alertas, ao século XXI, apesar de todos os esforços da “civilização” cristã para destruí-los. Este artigo é um gesto da minha profunda admiração pelos índios que me acompanha desde os meus primeiros passos na antropologia.

O que não me mata me fortalece

Stefan Zweig, 2013b [1925]

In memoriam. Este trabalho foi escrito quando, longe, minha amiga e colega Dominique Buchillet enfrentava a morte. A dedicação de uma vida ao estudo da saúde e do xamanismo Desana rende-lhe a admiração de quem a conheceu. A ela e a todos os indígenas que, mesmo mortos, povoam este texto, minha sentida dedicatória.

Agradecimentos

Muito obrigada a Luis Cayón e Patrícia de Mendonça Rodrigues pela solidariedade que tiveram com este trabalho.

Referências

- Albert, Bruce. 1990. Développement Amazonien et sécurité nationale: Les indiens Yanomami dace au Projet Calha Norte. In (Bruce Albert, org.) *Brésil: Indiens et développement en Amazonie*. Numéro especial de *Ethnies: Revue de Survival International* (França) 11-12: 116-127.
- Albert, Bruce. 1997. Territorialité, ethnopolitique et développement: à propos du mouvement indien en Amazonie brésilienne. *Cahiers des Amériques Latines* 23: 177-210.
- Andrade, Karenina Vieira. 2003. O Projeto Calha Norte e suas transformações. Brasília: Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- Barbira-Scazzocchio, Françoise (org.).1980. *Land, People and Planning in Contemporary Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barbosa, Rodrigo Lins. 2016. O Estado e a Questão Indígena: Crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969). Recife: Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco.
- Benítez Trinidad, Carlos. 2017. Un Espejo en Medio a un Teatro de Símbolos: El indio imaginado por el poder y la sociedad brasileña durante la dictadura civil-militar (1964-1969). Salvador: Tese de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento/Sevilla: Doctorado en Historia y Estudios Humanísticos: Europa, América, Arte y Lenguas, Universidad Pablo Olavide.
- Bodley, John. 1975. *Victims of progress*. Memlo Park: Benjamin/Cummings.

- Bunker, Stephen G. 1985. *Underdeveloping the Amazon: Extraction, unequal Exchange, and the failure of the modern state*. Champaign: University of Illinois Press.
- Carneiro da Cunha, Manuela (org.). 1992. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras.
- CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). 1987/88/89. Aconteceu. *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo: CEDI.
- Clavero, Bartolomé. 2008. *Genocide or Ethnocide, 1933-2007*. Milano: Giuffrè Editore.
- Comaroff, Jean & John Comaroff. 1991. *Of Revelation and Revolution. Christianity, colonialism, and consciousness in South Africa*, vol. I. Chicago: University of Chicago Press.
- Crosby, Alfred. 1972. *The Columbian Exchange. Biological and cultural consequences of 1492*. Connecticut: Greenwood Publishing Group.
- Davis, Shelton. 1978. *Vítimas do Milagre. O desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ferguson & Whitehead (orgs.). 1992. *War in the Tribal Zone*. Santa Fe: School of American Research Press.
- Frankl, Viktor E. 2017 [1947]. *Em Busca de Sentido*, 42ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Fundação Nacional de Saúde. 1991. Primeiro Relatório do Distrito Sanitário Yanomami. Ms.
- Giucci, Guillermo. 1993. *Sem Fé. Sem Lei ou Rei: Brasil, 1500-1532*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Hemming, John. 1978. *Red Gold. The conquest of the Brazilian Indians*. Londres: Macmillan.

- Hinton, Alexander Laban. 2002a. *Annihilating Difference. The anthropology of genocide*. Berkeley: University of California Press.
- Hinton, Alexander Laban (org.). 2002b. *Genocide. An anthropological reader*. Londres: Blackwell.
- ISA (Instituto Socioambiental). 2007. Notícias Socioambientais 13/09/2007. <https://site-antigo.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=2527> (acesso 21/06/2018).
- Jones, Adam. 2006. *Genocide. A comprehensive introduction*. 2ª Ed. Londres: Routledge.
- Langfur, Hal. 2006. *Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830*. Stanford: Stanford University Press.
- Langfur, Hal (org.). 2014. *Native Brazil. Beyond the convert and the cannibal, 1500-1900*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Lemkin, Raphaël. 2002. Genocide. In *Genocide. An anthropological reader* (Alexander Laban Hinton, comp.), pp. 27-42. Londres: Blackwell.
- Levi, Primo. 1965. *The Reawakening*. Nova York: Touchstone.
- Lévi-Strauss, Claude. 1976. Raça e história. In *Antropologia Estrutural Dois*, pp. 328-366. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Little, Paul. 2001. *Amazonia. Territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Maia, Luciano Mariz. 2001. Haximu: Foi genocídio! *Documentos Yanomami* 1: 9-36. Brasília: Comissão Pró-Yanomami.

- Marchant, Alexander. 1942. *From Barter to Slavery. The economic relations of Portuguese and Indians in the settlement of Brazil, 1500-1580*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Moran, Emilio F. 1981. *Developing the Amazon. The social and ecological consequences of government-directed colonization along Brazil's Transamazon Highway*. Bloomington: Indiana University Press.
- Moreira Neto, Carlos. 1988. *Índios da Amazônia: De maioria a minoria, 1500-1850*. Petrópolis: Vozes.
- Nietzsche, Friedrich. 1983 [1879-1880]. Humano, Demasiado Humano. Coleção *Os Pensadores*, pp. 121-151. São Paulo: Abril Cultural.
- Oz, Amós. 2004. *Como curar um fanático*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pinto, Lúcio Flávio. 1980. *Amazônia: No rastro do saque*. São Paulo: Hucitec.
- Price, David. 1989. *Before the Bulldozer. The Nambiquara Indians and the World Bank*. Cabin John, MD/Washington, DC: Seven Locks Press.
- Ramos, Alcida Rita Ramos. 1985. Categorias étnicas do pensamento Sanumá. Contrastes intra e interétnicos. *Anuário Antropológico/84*: 95-108.
- Ramos, Alcida Rita Ramos. 1991. Amazônia: A estratégia do desperdício. *Dados. Revista de Ciências Sociais* 34(3): 443-461.
- Ramos, Alcida Rita Ramos. 1995a. Seduced and abandoned. The taming of Brazilian Indians. *Questioning Otherness. An interdisciplinary exchange*. Papers from the 1995 Distinguished International Lecture Series (Virginia R. Dominguez & Catherine M. Lewis, comps.), pp.1-23. University of Iowa.

- Ramos, Alcida Rita Ramos. 1995b. *Sanumá Memories. Yanomami ethnography in times of crisis*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Ramos, Alcida Rita Ramos. 1995c. O papel político das epidemias. O caso Yanomami. In *Ya no Hay Lugar para Cazadores* (Miguel Bartolomé, comp.), pp. 55-89. Quito: Abya-Yala.
- Ramos, Alcida Rita. 1998. *Indigenism. Ethnic politics in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Relatório Figueiredo. 1968. Ministério do Interior, República Federativa do Brasil.
- Resende, Ana Catarina Zema de. 2015. O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil, dos anos 1960 e a “justa memória”. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Florianópolis: XXIV Encontro Nacional do CONPEDI – UFS, pp. 489-495.
- Ribeiro, Darcy. 1970. *Os Índios e a Civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ribeiro, Darcy e Carlos Moreira Neto. 1992. *A Fundação do Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Rief, David. 2016. *In Praise of Forgetting. Historical memory and its ironies*. New Haven: Yale University Press.
- Rist, Gilbert. 1996. *The History of Development. From Western origins to global Faith*. Londres: Zed Books.
- Rodrigues, Patrícia de Mendonça. 2012. *Terra Indígena Taego Áwa*. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação. Brasília: Fundação Nacional do Índio.
- Rodrigues, Patrícia de Mendonça. 2013. Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativo. *Anuário Antropológico* 38 (1): 83-137.

- Rodrigues, Patrícia de Mendonça. 2018. *Taego Āwa, Um Nome de Mulher para a Terra-Mãe Sonhada. Resiliência de um povo tupi, os Avá-Canoeiro do Araguaia*. Manuscrito inédito.
- Rodrigues, Patrícia de Mendonça. s.d. *Marãiwatsédé, uma tragédia anunciada*. Manuscrito inédito.
- Ross, Kenneth. 2002. Foreword. In *Annihilating Difference. The anthropology of genocide* (Alexander Laban Hinton, org.), pp. ix-x. Berkeley: University of California Press.
- Santos, Francisco Jorge dos. 2002. *Além da Conquista. Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: EDUA.
- Schmink, Mariane & Charles H. Wood (orgs.). 1984. *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville: University of Florida Press.
- Schmink, Mariane & Charles H. Wood. 1992. *Contested Frontiers in Amazonia*. Nova York: Columbia University Press.
- Sémelin, Jacques. 2005. *Purificar e destruir. Usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: Difel.
- Silva, Carmen Lucia da. 1998. *Sobreviventes do Extermínio. Uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 281 pp.
- Silva, Carmen Lucia da. 2003. *Em Busca da Sociedade Perdida. O trabalho da memória Xetá*. Brasília: Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 285 pp.
- Vainfas, Ronaldo. 1995. *A Heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*.

Whitehead, Neil L. 1990. Carib ethnic soldiering in Venezuela, the Guianas, and the Antilles, 1499-1820. *Ethnohistory* 37 (45): 358-385.

Zweig, Stefan. 2013a [1921]. *O mundo insone e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar. São Paulo: Companhia das Letras.

Zweig, Stefan. 2013b [1925]. *Nietzsche*. Londres: Hesperius Press.

SÉRIE ANTROPOLOGIA
Últimos títulos publicados

447. PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. Os “Negros da Picadinha”: Memórias de uma Comunidade Negra Rural. 2015.
448. PORTUGAL, Tarcila Martins. “Colecionando discos de vinil na era digital”. 2015
449. SILVA, Kelly & SOUZA, Lucio. Arte, agência e efeitos de poder em Timor-Leste: provocações. 2015.
450. SILVA, Kelly Fluxos de práticas de governo em escala global: sobre as tecnologias de desenvolvimento e alguns de seus efeitos. 2015.
451. PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. Redes e interações: A formação do Movimento Negro e do Movimento Quilombola no Mato Grosso do Sul. 2015.
452. MARQUES, Lucas de Mendonça. Forjando Orixás: técnicas e objetos na ferramentaria de santo da Bahia. 2016.
453. RAMOS, Alcida Rita & MONZILAR, Eliane. Umutina: um exercício de humanismo interétnico. 2016.
454. MORAIS E SILVA, Noshua Amoras de. Manobras e evoluções: Etnografia dos movimentos do Maracatu Leão de Ouro de Condado (PE). 2016.
455. RAMOS, Alcida Rita. Por uma crítica indígena da razão antropológica. 2016.
456. MAIOR CRUZ, Felipe Sotto. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. 2016.
457. TEIXEIRA, Carla; CRUVINEL, Lucas & FERNANDES, Renato. Notas etnográficas sobre mentiras, segredos e verdades no Congresso Brasileiro (working paper). 2016.
458. APURINÃ, Francisco. O Mundo Xamânico dos Apurinã: Um desafio de interpretações. 2017.
459. CONSTANT, Jósimo da Costa. A terra é de vocês e a saúde também! Compreendendo a efetivação do direito ao território e à saúde entre os Puyanawa. 2017.
460. FERREIRA SILVA, Bernardo Peixoto Leal. Vidas no prelo: Persistência da linotipo e de seu mecânico na Cidade Ocidental – GO. 2018.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Brasília

70910-900 – Brasília, DF

Fone: (61) 3107-1551

E-mail: dan@unb.br

A Série Antropologia encontra-se disponibilizada em arquivo pdf no link: www.dan.unb.br

Série Antropologia has been edited by the Department of Anthropology of the University of Brasilia since 1972. It seeks to disseminate working papers, articles, essays and research fieldnotes in the area of social anthropology. In disseminating works in progress, this Series encourages and authorizes their republication.

1. Anthropology 2. Series I. Department of Anthropology of the University of Brasilia

We encourage the exchange of this publication with those of other institutions.

Série Antropologia Vol. 461, Brasília: DAN/UnB, 2018.